

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	6
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7
--	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022	8
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021	9
--------------------------------	---

Demonstração de Valor Adicionado	10
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	11
--------------------------	----

Notas Explicativas	15
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	58
--	----

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	60
---	----

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	61
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidade)	Trimestre Atual 31/03/2022
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	1.125.427
Preferenciais	0
Total	1.125.427
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
1	Ativo Total	15.301.847	15.479.987
1.01	Ativo Circulante	3.292.013	3.450.376
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	391.170	322.437
1.01.02	Aplicações Financeiras	378	3.568
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	378	3.568
1.01.02.01.03	Títulos e valores mobiliários	378	3.568
1.01.03	Contas a Receber	1.520.721	1.403.690
1.01.03.01	Clientes	1.520.721	1.403.690
1.01.04	Estoques	22.159	18.507
1.01.06	Tributos a Recuperar	659.087	591.542
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	659.087	591.542
1.01.06.01.01	Imposto de renda e contribuição social a compensar	14.249	14.001
1.01.06.01.02	Outros tributos a compensar	111.770	99.337
1.01.06.01.03	PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	533.068	478.204
1.01.07	Despesas Antecipadas	29.204	29.326
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	669.294	1.081.306
1.01.08.03	Outros	669.294	1.081.306
1.01.08.03.01	Ativo financeiro Setorial	376.865	595.997
1.01.08.03.02	Outros Créditos	292.429	381.696
1.01.08.03.03	Derivativos	0	103.613
1.02	Ativo Não Circulante	12.009.834	12.029.611
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	8.966.488	9.038.242
1.02.01.04	Contas a Receber	70.842	79.690
1.02.01.04.01	Clientes	70.842	79.690
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	539
1.02.01.07.01	Créditos Fiscais Diferidos	0	539
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	8.895.646	8.958.013
1.02.01.10.03	Depósitos Judiciais	106.518	106.144
1.02.01.10.04	Outros tributos a compensar	124.214	114.026
1.02.01.10.05	Ativo financeiro Setorial	134.286	253.379
1.02.01.10.06	Ativo financeiro da concessão	6.221.189	5.904.078
1.02.01.10.07	Outros Créditos	17.799	4.566
1.02.01.10.08	Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.751	2.751
1.02.01.10.09	Derivativos	110.182	289.343
1.02.01.10.10	PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	2.178.707	2.283.726
1.02.04	Intangível	3.043.346	2.991.369
1.02.04.01	Intangíveis	3.043.346	2.991.369
1.02.04.01.02	Intangíveis	2.286.183	2.340.592
1.02.04.01.03	Ativo contratual	757.163	650.777

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2	Passivo Total	15.301.847	15.479.987
2.01	Passivo Circulante	2.475.350	2.608.874
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	33.767	34.070
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	33.767	34.070
2.01.01.02.01	Obrigações estimadas com pessoal	33.767	34.070
2.01.02	Fornecedores	779.272	1.090.239
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	779.272	1.090.239
2.01.03	Obrigações Fiscais	205.674	177.796
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	108.313	61.990
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	53.600	17.875
2.01.03.01.02	Programa de integração social - PIS	7.442	5.293
2.01.03.01.03	Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	34.437	24.862
2.01.03.01.05	Outras obrigações fiscais	12.834	13.960
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	97.361	115.806
2.01.03.02.01	Imposto sobre circulação de mercadorias - ICMS	97.361	115.806
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	542.062	595.374
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	416.038	435.612
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	115.131	112.258
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	300.907	323.354
2.01.04.02	Debêntures	126.024	159.762
2.01.04.02.01	Debêntures	126.024	159.762
2.01.05	Outras Obrigações	914.575	711.395
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	105.774	126.750
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	105.774	126.750
2.01.05.02	Outros	808.801	584.645
2.01.05.02.04	Taxas regulamentares	9.052	142.599
2.01.05.02.06	Outros contas a pagar	464.922	442.046
2.01.05.02.07	PIS/COFINS devolução consumidores	334.783	0
2.01.05.02.08	Entidade de previdência privada	44	0
2.02	Passivo Não Circulante	8.822.044	9.175.490
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	5.382.518	5.659.218
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	3.064.323	3.283.120
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	2.088.583	1.774.718
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	975.740	1.508.402
2.02.01.02	Debêntures	2.318.195	2.376.098
2.02.01.02.01	Debêntures	2.318.195	2.376.098
2.02.02	Outras Obrigações	3.198.658	3.301.076
2.02.02.02	Outros	3.198.658	3.301.076
2.02.02.02.03	Entidade de previdência privada	163.550	160.542
2.02.02.02.04	Passivo Financeiro Setorial	94.022	0
2.02.02.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social a recolher	8.873	8.802
2.02.02.02.07	Outras contas a pagar	138.261	117.810
2.02.02.02.08	Fornecedor	229.751	221.283
2.02.02.02.09	Derivativos	81.760	24.133
2.02.02.02.10	PIS/COFINS devolução consumidores	2.482.441	2.768.506

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 31/03/2022	Exercício Anterior 31/12/2021
2.02.03	Tributos Diferidos	19.817	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	19.817	0
2.02.04	Provisões	221.051	215.196
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	204.379	198.918
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	19.406	19.058
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	76.343	75.682
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	108.630	104.178
2.02.04.02	Outras Provisões	16.672	16.278
2.02.04.02.04	Provisões Regulatórias	16.303	15.909
2.02.04.02.05	Outros	369	369
2.03	Patrimônio Líquido	4.004.453	3.695.623
2.03.01	Capital Social Realizado	2.831.534	2.831.534
2.03.02	Reservas de Capital	173.962	173.963
2.03.02.02	Reserva Especial de Ágio na Incorporação	173.962	173.963
2.03.04	Reservas de Lucros	826.634	826.634
2.03.04.01	Reserva Legal	234.784	234.784
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	591.850	591.850
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	309.727	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-137.404	-136.508

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	2.567.542	2.301.113
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-1.778.699	-1.766.875
3.02.01	Custo com Energia Elétrica	-1.253.539	-1.338.627
3.02.02	Custo com Operação - Amortização	-88.005	-77.498
3.02.03	Custo com Operação - Outros	-114.877	-98.839
3.02.04	Custo do Serviço Prestado a Terceiros	-322.278	-251.911
3.03	Resultado Bruto	788.843	534.238
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-163.951	-166.940
3.04.01	Despesas com Vendas	-65.001	-59.429
3.04.01.01	Amortização	-1.427	-1.386
3.04.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-23.598	-19.966
3.04.01.03	Outras despesas com vendas	-39.976	-38.077
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-70.571	-63.984
3.04.02.01	Amortização	-8.484	-7.043
3.04.02.02	Outras despesas gerais e administrativas	-62.087	-56.941
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-28.379	-43.527
3.04.05.01	Amortização de Intangível da Concessão	-13.025	-13.025
3.04.05.02	Outras Despesas Operacionais	-15.354	-30.502
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	624.892	367.298
3.06	Resultado Financeiro	-147.135	-58.639
3.06.01	Receitas Financeiras	106.085	49.449
3.06.02	Despesas Financeiras	-253.220	-108.088
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	477.757	308.659
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-168.030	-110.357
3.08.01	Corrente	-147.213	-29.194
3.08.02	Diferido	-20.817	-81.163
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	309.727	198.302
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	309.727	198.302
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)		
3.99.01	Lucro Básico por Ação		
3.99.01.01	ON	275,21	176,2

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
4.01	Lucro Líquido do Período	309.727	198.302
4.02	Outros Resultados Abrangentes	-897	-6.867
4.02.01	Ganhos (perdas) atuariais liquidados dos efeitos tributários	0	-872
4.02.03	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros líquido dos efeitos tributários	-897	-5.995
4.03	Resultado Abrangente do Período	308.830	191.435

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	535.104	49.724
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	671.807	441.435
6.01.01.01	Lucro líquido antes da CSLL e IRPJ	477.757	308.659
6.01.01.02	Amortização	110.941	98.951
6.01.01.03	Provisões para Riscos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas	11.126	9.126
6.01.01.04	Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	23.598	19.966
6.01.01.05	Encargos de Dívidas e Atualizações Monetárias e Cambiais	29.455	-28.507
6.01.01.06	Despesa (receita) com entidade de previdência privada	4.024	3.224
6.01.01.07	Perda (ganho) na Baixa de Ativo não Circulante	14.906	30.016
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	52.138	-336.111
6.01.02.01	Consumidores, Concessionárias e Permissionárias	-228.151	-43.173
6.01.02.02	Tributos a Compensar	75.359	-16.022
6.01.02.03	Depósitos Judiciais	1.031	5.104
6.01.02.04	Ativo Financeiro Setorial	361.021	-115.712
6.01.02.05	Contas a Receber CDE	-10.510	1.733
6.01.02.06	Outros Ativos Operacionais	176.189	-58.428
6.01.02.07	Fornecedores	-302.499	-211.725
6.01.02.08	Outras Obrigações com Entidade de Previdência Privada	-972	-1.013
6.01.02.09	Passivo Financeiro Setorial	91.776	72.119
6.01.02.10	Outros Tributos e Contribuições Sociais	-8.383	1.384
6.01.02.11	Taxas Regulamentares	-133.548	5.607
6.01.02.12	Processos Fiscais, Cíveis e Trabalhistas Pagos	-14.292	-15.993
6.01.02.13	Contas a pagar CDE	-19.194	-23.330
6.01.02.14	Outros Passivos Operacionais	64.311	63.338
6.01.03	Outros	-188.841	-55.600
6.01.03.01	Encargos de Dívida e Debêntures pagos	-77.353	-51.023
6.01.03.02	Imposto de renda e contribuição social pagos	-111.488	-4.577
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-348.405	346.595
6.02.01	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados - aplicações	-31.624	0
6.02.02	Títulos e Valores Mobiliários, Cauções e Depósitos Vinculados - resgates	35.099	607.568
6.02.03	Adições Ativo contratual	-351.880	-260.973
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-117.966	-212.768
6.03.01	Amortização de Principal de Empréstimos e Debêntures	-440.604	-282.654
6.03.02	Liquidação de operações com derivativos	49.078	69.886
6.03.03	Captação de Empréstimos e Debêntures	297.060	0
6.03.04	Amortização de mútuo com controladas e coligadas	-23.500	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	68.733	183.551
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	322.437	392.601
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	391.170	576.152

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2022 à 31/03/2022**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.831.534	173.962	826.635	0	-136.508	3.695.623
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.831.534	173.962	826.635	0	-136.508	3.695.623
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	309.727	-896	308.831
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	309.727	0	309.727
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-896	-896
5.05.02.06	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	0	0	0	0	-896	-896
5.07	Saldos Finais	2.831.534	173.962	826.635	309.727	-137.404	4.004.454

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/03/2021**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	2.820.677	184.819	675.872	0	-140.739	3.540.629
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	2.820.677	184.819	675.872	0	-140.739	3.540.629
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	198.302	-6.867	191.435
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	198.302	0	198.302
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-6.867	-6.867
5.05.02.06	Ganhos (perdas) atuariais liquidados dos efeitos tributários	0	0	0	0	-872	-873
5.05.02.07	Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	0	0	0	0	-5.995	-5.994
5.07	Saldos Finais	2.820.677	184.819	675.872	198.302	-147.606	3.732.064

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2022 à 31/03/2022	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2021 à 31/03/2021
7.01	Receitas	3.827.305	3.677.645
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	3.528.866	3.445.904
7.01.02	Outras Receitas	298.439	231.741
7.01.02.01	Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	322.037	251.707
7.01.02.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-23.598	-19.966
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-1.843.405	-1.868.506
7.02.04	Outros	-1.843.405	-1.868.506
7.02.04.01	Custo com energia elétrica	-1.386.985	-1.479.725
7.02.04.02	Material	-204.337	-136.161
7.02.04.03	Serviços de terceiros	-192.658	-180.251
7.02.04.04	Outros	-59.425	-72.369
7.03	Valor Adicionado Bruto	1.983.900	1.809.139
7.04	Retenções	-111.290	-99.397
7.04.02	Outras	-111.290	-99.397
7.04.02.01	Amortização	-98.265	-86.372
7.04.02.02	Amortização do intangível de concessão	-13.025	-13.025
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	1.872.610	1.709.742
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	110.443	51.937
7.06.02	Receitas Financeiras	110.443	51.937
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	1.983.053	1.761.679
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	1.983.053	1.761.679
7.08.01	Pessoal	93.062	82.316
7.08.01.01	Remuneração Direta	51.718	46.321
7.08.01.02	Benefícios	37.935	32.979
7.08.01.03	F.G.T.S.	3.409	3.016
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	1.316.685	1.362.810
7.08.02.01	Federais	534.285	586.986
7.08.02.02	Estaduais	782.085	775.509
7.08.02.03	Municipais	315	315
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	263.579	118.251
7.08.03.01	Juros	256.454	110.642
7.08.03.02	Aluguéis	7.125	7.609
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	309.727	198.302
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	309.727	198.302

Comentário do Desempenho

Análise de Resultados – RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

Este comentário de desempenho está expresso em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma.

	1º trimestre		
	2022	2021	%
Receita operacional bruta	3.850.911	3.697.611	4,1%
Fornecimento de energia elétrica (*)	3.198.781	2.650.508	20,7%
Suprimento de energia elétrica	80.678	124.567	-35,2%
Receita de construção de infraestrutura da concessão	322.044	251.707	27,9%
Outras receitas operacionais	697.032	627.238	11,1%
Ativo e passivo financeiro setorial	(447.625)	43.592	-1126,9%
Deduções da receita operacional	(1.283.369)	(1.396.498)	-8,1%
Receita operacional líquida	2.567.542	2.301.113	11,6%
Custo com energia elétrica	(1.253.539)	(1.338.627)	-6,4%
Energia comprada para revenda	(786.965)	(974.645)	-19,3%
Encargo de uso do sist transm distrib	(466.576)	(363.982)	28,2%
Custos e despesas operacionais	(689.111)	(595.189)	15,8%
Pessoal	(89.692)	(80.639)	11,2%
Entidade de previdência privada	(4.024)	(3.224)	24,8%
Material	(26.604)	(18.468)	44,1%
Serviço de terceiros	(67.258)	(62.812)	7,1%
Amortização	(97.917)	(85.926)	14,0%
Custo de construção de infraestrutura da concessão	(322.044)	(251.707)	27,9%
Outros	(68.547)	(79.388)	-13,7%
Resultado do serviço	624.892	367.297	70,1%
Resultado financeiro	(147.135)	(58.639)	150,9%
Receitas financeiras	106.085	49.449	114,5%
Despesas financeiras	(253.220)	(108.088)	134,3%
Resultado antes dos tributos	477.757	308.659	54,8%
Contribuição social	(44.932)	(29.193)	53,9%
Imposto de renda	(123.098)	(81.163)	51,7%
Resultado Líquido do Período	309.727	198.302	56,2%
Lucro líquido atribuído aos acionistas controladores	309.727	198.302	56,2%
EBITDA	735.834	466.249	57,8%

(*) Para efeito de apresentação do comentário de desempenho, não foi realizada a reclassificação de receita de disponibilidade de rede ao consumidor cativo - TUSD (nota 25)

Receita operacional bruta

A receita operacional bruta do 1º trimestre de 2022 foi de R\$ 3.850.911 apresentando aumento de 4,1% (R\$ 153.300) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior. Desconsiderando a receita de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado devido ao custo correspondente no mesmo valor), a receita operacional bruta seria de R\$ 3.528.867, apresentando aumento de 2,4% (R\$ 82.963) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Os principais fatores que contribuíram para esta variação foram:

Fornecimento de energia elétrica: aumento de 20,7% (R\$ 548.273), explicado pelo: (i) aumento de 19,1% (R\$ 514.743) na tarifa média, decorrente principalmente do reajuste tarifário anual ("RTA") de Junho de 2021 de 9,95% (percepção dos consumidores) associado ao aumento de 13,4% na aplicação da bandeira tarifária (vermelha escassez hídrica no 1º trimestre de 2022 comparada com amarela no 1º trimestre de 2021); e (ii) aumento 1,1% (R\$

Comentário do Desempenho

33.531) no volume de energia vendida (considerando a quantidade de energia da receita não faturada).

Suprimento de energia elétrica: redução de 35,2% (R\$ 43.889) basicamente pelas reduções: (i) redução em concessionárias e permissionárias em (R\$ 45.255), basicamente pela migração de algumas permissionárias para modalidade parcialmente livre no 1º trimestre de 2022; compensado: (ii) pelo aumento de energia elétrica comercializada no curto prazo (operações realizadas na CCEE) em (R\$ 1.366).

Outras receitas operacionais: aumento de 11,1% (R\$ 69.794), basicamente pelos aumentos em: (i) receita de disponibilidade da rede elétrica (TUSD) (R\$ 31.425); pelo aumento de energia transportada; (ii) atualização do ativo financeiro da concessão em (R\$ 21.817), principalmente pelas adições na base compensado pela redução da variação do indexador (IPCA); (iii) subvenções baixa renda, descontos tarifários com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético "CDE" e subvenção da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias "CCRBT" (R\$ 19.291); (iv) arrendamentos e aluguéis (R\$ 6.988); (v) serviços taxados (R\$ 239); compensado: (vi) redução das compensações pagas por descumprimento dos limites de continuidade (R\$ 9.961);

Ativo e passivo financeiro setorial: redução de receita de (R\$ 491.217) basicamente pela redução do saldo de ativos com destaque em: (i) diferimento em custo de energia, ESS/EER, repasse de Itaipu, rede básica e outros componentes financeiros (R\$ 489.310) e (ii) amortização dos ativos e passivos homologados (R\$ 1.907).

Quantidade de Energia Vendida

No 1º trimestre de 2022, a quantidade de energia faturada para consumidores cativos no período, incluindo outras permissionárias, apresentou queda de -5,3% quando comparada com o mesmo trimestre do ano anterior. Essa queda foi mais acentuada na classe industrial.

O consumo da classe residencial representa 45,9% do total do mercado total fornecido pela distribuidora e registrou crescimento de +2,8% no 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse desempenho reflete temperaturas registradas maiores quando comparadas com o mesmo período do ano anterior.

A classe comercial, que representa 14,7% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou crescimento de +3,2% no 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Esse crescimento reflete os efeitos positivos de temperatura.

A classe industrial, que representa 8,4% do mercado total fornecido pela distribuidora, apresentou queda de -12,8% no 1º trimestre de 2022 em relação ao mesmo período do ano anterior. Essa queda reflete o incremento da quantidade de unidades consumidoras com geração distribuída e migrações de clientes para o mercado livre.

As demais classes de consumo (rural, poder público, iluminação pública, serviço público e permissionárias) participam com 31,0% do mercado total fornecido pela distribuidora. Estas classes apresentaram queda de -16,3% no 1º trimestre de 2022 devido principalmente ao resultado negativo da classe permissionária que caiu -61,2%, refletindo a saída de importantes clientes do mercado cativo.

Em relação à quantidade de energia vendida e transportada na área de concessão, que impacta tanto o fornecimento faturado (mercado cativo) como a cobrança da TUSD (mercado livre), houve queda de -1,7% quando comparada com o mesmo período do ano anterior. A variação por classe foi de +2,8% no residencial, +9,0% no comercial, +0,4% no industrial e -14,4% nas demais classes de consumo.

Deduções da receita operacional

As deduções da receita operacional no 1º trimestre de 2022 foram de R\$ 1.283.369, apresentando uma redução de 8,1% (R\$ 113.129) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, principalmente pela redução em: (i) bandeiras tarifárias (R\$ 141.085), pela mudança no registro da bandeira tarifária conforme novo MCSE que está sendo registrado em CVA e não mais em encargos; (ii) PIS e COFINS (R\$ 80.116), em função da base de cálculo; compensado: (iii) CDE (R\$ 95.737), principalmente pelo aumento da cota CDE em 2022; (iv)

Comentário do Desempenho

ICMS (R\$ 6.471); (v) PROINFA (R\$ 3.055); (vi) programas de Pesquisa e Desenvolvimento e eficiência energética (R\$ 1.843) e (vii) taxa de fiscalização (R\$ 968).

Custo com energia elétrica

O custo com energia elétrica no 1º trimestre de 2022 foi de R\$ 1.253.539, redução de 6,4% (R\$ 85.088) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior. Esta redução deve-se basicamente a:

Energia comprada para revenda: redução de 19,3% (R\$ 187.681) basicamente: (i) pela redução no preço médio de compra em 17,9% (R\$ 193.556), justificado principalmente pela redução na compra de energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais, energia de curto prazo, decorrente da redução do PLD no 1º trimestre de 2022;(ii) pela redução de 2,5% (R\$ 22.363) no volume de energia comprada; compensado pela redução :(iii) ressarcimento geradoras (R\$ 6.761); e (iv) créditos de PIS e COFINS (R\$ 21.477).

Encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição: aumento de 28,2% (R\$ 102.594), impactado principalmente pelo aumento em: (i) encargos de serviço do sistema líquido do repasse da CONER (R\$ 63.521), principalmente em função de maior nível de despacho termelétrico fora da ordem de mérito de preço (segurança energética), além de custos adicionais associados às usinas termelétricas que, mediante decisão do CMSE/MME, ofertaram geração adicional ao sistema como uma das medidas de enfrentamento à crise hídrica ocorrida no segundo semestre de 2021; (ii) encargo de energia de reserva (R\$ 37.713), principalmente, em razão do valor de PLD que no primeiro trimestre deste ano está em patamares inferiores ao mesmo período de 2021 (quanto menor o valor de PLD, menor será o saldo da CONER e maior será o nível do encargo a ser cobrado aos agentes de perfil consumo); (iii) encargos de conexão (R\$ 18.524); compensado por: (iv) encargos de transporte Itaipu (R\$ 6.383); e (v) créditos de PIS/COFINS (R\$ 10.457).

Custo e despesa operacional

Os custos e despesas operacionais foram de R\$ 689.111 no 1º trimestre de 2022, apresentando um aumento 15,8% (R\$ 93.923) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior.

Desconsiderando o custo de construção da infraestrutura da concessão (que não afeta o resultado), os custos e despesas operacionais seriam de R\$ 367.067, apresentado um aumento de 6,9% (R\$ 23.586), justificado basicamente pelos seguintes itens:

- **Despesas operacionais gerenciáveis**

São representadas pelos custos com pessoal, entidade de previdência privada, material, serviços de terceiros e outros, que no 1º trimestre de 2022 foram de R\$ 256.125, um aumento de 4,7% (R\$ 11.595) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, verificado principalmente nos seguintes itens:

- **Pessoal:** aumento de 11,2% (R\$ 9.053), principalmente: (i) efeitos do acordo coletivo (10,7%); (ii) benefícios (R\$ 2.272); (iii) PLR (R\$ 1.549); (iv) provisões (R\$ 1.063); (v) outros (R\$ 692);
- **Entidade de previdência privada:** aumento de 24,8% (R\$ 800), basicamente pelos registros dos impactos do laudo atuarial;
- **Material:** aumento de 44,1% (R\$ 8.136), basicamente pelo aumento em: (i) reposição-manutenção de linhas e redes (R\$ 3.812); (ii) manutenção da frota (R\$ 2.650); (iii) uniformes e equipamentos (R\$ 1.844);
- **Serviço de terceiros:** aumento de 7,1% (R\$ 4.446), basicamente pelo aumento em: (i) manutenção de hardware e software (R\$ 4.339); (ii) poda de árvores (R\$ 1.240); (iii) recuperação de inadimplência e cobrança (R\$ 1.138); (iv) transportes (R\$ 904); (v) serviços terceirizados (R\$ 553);(vi) viagens (R\$ 499); compensado por: (vii) auditoria e consultoria (R\$ 2.472) e (viii) call center (R\$ 1.729);

Comentário do Desempenho

- **Outros:** redução de 13,7% (R\$ 10.840), basicamente pelos incrementos em: (i) perda com baixa na desativação de ativos (R\$ 9.288); (ii) baixa de principal e atualização ativo financeiro concessão (R\$ 5.822); (iii) arrendamento e aluguéis (R\$ 575);(iv) taxa de arrecadação (R\$ 574);compensado: (v) provisão para créditos de liquidação duvidosa (R\$ 3.632); (vi) despesas legais, judiciais e indenizações (R\$ 2.097).
- **Amortização**

A amortização do 1º trimestre de 2022 foi de R\$ 97.917, aumento de 14,0% (R\$ 11.991) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, basicamente pelo acréscimo de ativos na base de remuneração regulatória (BRR), ocorridas no período.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro no 1º trimestre de 2022 apresentou uma despesa financeira líquida de R\$ 147.135, aumento de 150,9% (R\$ 88.496) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior, que é explicada basicamente:

- Receitas financeiras:** aumento de 114,5% (R\$ 56.636), principalmente pelo aumento em: (i) atualização de créditos fiscais (R\$ 35.235), principalmente pela atualização da exclusão do ICMS s/base cálculo Pis e Cofins; (ii) atualização do ativo e passivo financeiro setorial (R\$ 22.496); (iii) renda de aplicações financeiras (R\$ 6.741); (iv) atualização de depósitos judiciais (R\$ 967); compensado por: (v) atualizações monetárias e cambiais (R\$ 9.200).
- Despesas financeiras:** aumento de 134,3% (R\$ 145.132), principalmente pelos aumentos em: (i) encargos de dívida, atualização monetária e cambial da dívida, ajuste a valor justo e derivativos (R\$ 103.414); (ii) outras despesas (37.951), sendo: (ii.a) atualização devolução ao consumidor créditos Pis e Cofins s/exclusão ICMS (R\$ 35.693), (ii) arrendamentos e aluguéis (R\$ 3.116), compensado:(ii.c) variações monetárias ref. Despacho 288 (R\$ 1.157);(iii) atualização de ativo e passivo financeiro setorial (R\$ 2.459); (iv) contratos de mútuos (R\$ 1.510);(v) atualização P&D e PEE (R\$ 1.255);(vi) contingências (R\$ 1.151);(vii) negociação/parcelamento de débitos (R\$ 684); compensado por: (viii) outras atualizações (R\$ 3.141), ref. despacho 288.

Contribuição Social e Imposto de Renda

A tributação sobre o lucro relativo à contribuição social e imposto de renda apurado no 1º trimestre de 2022 foi de R\$ 168.030, apresentando um aumento de 52,3% (R\$ 57.674) quando comparado com o mesmo trimestre do ano anterior, refletindo a base tributável do período.

Resultado líquido do período e EBITDA

Com base nos fatores expostos, a Companhia apresentou no 1º trimestre de 2022 um lucro líquido de R\$ 309.727, um aumento de 56,2% (R\$ 111.425), em relação ao lucro apurado no mesmo trimestre do ano anterior.

O EBITDA (resultado líquido do período, excluindo os efeitos da amortização, resultado financeiro, contribuição social e imposto de renda) no 1º trimestre de 2022 foi de R\$ 735.834, apresentando um aumento de 57,8% (R\$ 269.585) em relação ao mesmo trimestre do ano anterior.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/03/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	391.170	322.437
Títulos e valores mobiliários	6	378	3.568
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	1.520.721	1.403.690
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	14.249	14.001
Outros tributos a compensar	8	111.770	99.338
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	533.068	478.204
Derivativos	31	-	103.613
Ativo financeiro setorial	9	376.865	595.997
Estoques		22.159	18.507
Outros ativos	12	321.632	411.022
Total do circulante		3.292.014	3.450.376
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	70.842	79.690
Depósitos judiciais	21	106.518	106.144
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	2.751	2.751
Outros tributos a compensar	8	124.213	114.026
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	2.178.707	2.283.726
Ativo financeiro setorial	9	134.286	253.379
Derivativos	31	110.182	289.343
Créditos fiscais diferidos	10	-	539
Ativo financeiro da concessão	11	6.221.189	5.904.078
Outros ativos	12	17.799	4.566
Ativo contratual	13	757.163	650.777
Intangível	14	2.286.183	2.340.592
Total do não circulante		12.009.833	12.029.611
Total do ativo		15.301.847	15.479.987

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Balancos patrimoniais em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de Reais)

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/03/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	15	779.272	1.090.239
Empréstimos e financiamentos	16	416.038	435.612
Debêntures	17	126.024	159.762
Entidade de previdência privada	18	44	-
Taxas regulamentares	19	9.052	142.599
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	53.600	17.875
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	20	152.074	159.921
Mútuos com coligadas, controladas e controladora	29	105.774	126.750
Obrigações estimadas com pessoal		33.767	34.070
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	334.783	-
Outras contas a pagar	22	464.925	442.046
Total do circulante		2.475.351	2.608.874
Não circulante			
Fornecedores	15	229.751	221.283
Empréstimos e financiamentos	16	3.064.323	3.283.120
Debêntures	17	2.318.195	2.376.098
Entidade de previdência privada	18	163.550	160.542
Imposto de renda e contribuição social a recolher	20	8.873	8.802
Débitos fiscais diferidos	10	19.817	-
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	21	221.050	215.196
Derivativos	31	81.760	24.133
Passivo financeiro setorial	9	94.022	-
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	2.482.441	2.768.506
Outras contas a pagar	22	138.261	117.810
Total do não circulante		8.822.042	9.175.490
Patrimônio líquido			
	23		
Capital social		2.831.534	2.831.534
Reserva de capital		173.962	173.962
Reserva legal		234.784	234.784
Dividendo		591.850	591.850
Resultado abrangente acumulado		(137.404)	(136.508)
Lucros acumulados		309.727	-
Total do patrimônio líquido		4.004.454	3.695.623
Total do passivo e do patrimônio líquido		15.301.847	15.479.987

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.			
Demonstrações dos resultados para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021			
(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)			
	Nota explicativa	1° Trimestre 2022	1° Trimestre 2021
Receita operacional líquida	25	2.567.542	2.301.113
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	26	(1.253.539)	(1.338.627)
Custo com operação		(202.881)	(176.337)
Amortização		(88.005)	(77.498)
Outros custos com operação	27	(114.876)	(98.839)
Custo do serviço prestado a terceiros	27	(322.278)	(251.911)
Lucro operacional bruto		788.843	534.238
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(65.001)	(59.429)
Amortização		(1.427)	(1.386)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa		(23.598)	(19.966)
Outras despesas com vendas	27	(39.975)	(38.077)
Despesas gerais e administrativas		(70.571)	(63.984)
Amortização		(8.484)	(7.042)
Outras despesas gerais e administrativas	27	(62.086)	(56.941)
Outras despesas operacionais		(28.380)	(43.527)
Amortização do intangível da concessão		(13.025)	(13.025)
Outras despesas operacionais	27	(15.355)	(30.502)
Resultado do serviço		624.892	367.298
Resultado financeiro	28		
Receitas financeiras		106.085	49.449
Despesas financeiras		(253.220)	(108.088)
		(147.135)	(58.639)
Lucro antes dos tributos		477.757	308.659
Contribuição social	10	(44.932)	(29.193)
Imposto de renda	10	(123.098)	(81.163)
		(168.030)	(110.357)
Lucro líquido do período		309.727	198.302
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	24	275,21	176,20

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas**RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.**

Demonstrações dos resultados abrangentes para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021

(Em milhares de Reais)

	<u>1° Trimestre 2022</u>	<u>1° Trimestre 2021</u>
Lucro líquido do período	309.727	198.302
Outros resultados abrangentes	(896)	(6.867)
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	(873)
Risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	(896)	(5.995)
Resultado abrangente do período	<u><u>308.830</u></u>	<u><u>191.435</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os períodos findos em 31 de março de 2022

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Dividendo			
Saldos em 31 de dezembro de 2021	2.831.534	173.962	234.784	591.850	(136.508)	-	3.695.623
Resultado abrangente total							
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	309.727	309.727
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	(896)	-	(896)
Saldos em 31 de março de 2022	2.831.534	173.962	234.784	591.850	(137.404)	309.727	4.004.454

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.

Demonstração da mutação do patrimônio líquido para o período findo em 31 de março de 2021

(Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de capital	Reserva de lucros		Resultado abrangente acumulado	Lucros acumulados	Total
			Reserva legal	Reserva de capital de giro			
Saldos em 31 de dezembro de 2020	2.820.677	184.819	185.950	489.922	(140.739)	-	3.540.630
Resultado abrangente total							
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	198.302	198.302
Ganhos (perdas) atuariais líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	(873)	-	(873)
Outros resultados abrangentes: risco de crédito na marcação a mercado de passivos financeiros, líquido dos efeitos tributários	-	-	-	-	(5.995)	-	(5.995)
Saldos em 31 de março de 2021	2.820.677	184.819	185.950	489.922	(147.606)	198.302	3.732.064

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações dos fluxos de caixa para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021
 (Em milhares de Reais)

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/03/2021</u>
Lucro antes dos tributos	477.757	308.659
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	110.941	98.951
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	11.126	9.126
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	23.598	19.966
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	29.455	(28.507)
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	4.024	3.224
Perda (ganho) na baixa de não circulante	14.906	30.016
	671.807	441.435
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(228.151)	(43.173)
Tributos a compensar	75.359	(16.022)
Depósitos judiciais	1.031	5.104
Ativo financeiro setorial	361.021	(115.712)
Contas a receber - CDE	(10.510)	1.733
Outros ativos operacionais	176.189	(58.428)
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	(302.499)	(211.725)
Outros tributos e contribuições sociais	(8.383)	1.384
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(972)	(1.013)
Taxas regulamentares	(133.548)	5.607
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(14.292)	(15.993)
Passivo financeiro setorial	91.776	72.119
Contas a pagar - CDE	(19.194)	(23.330)
Outros passivos operacionais	64.310	63.338
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	723.944	105.324
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(77.353)	(51.023)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(111.488)	(4.577)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	535.103	49.724
Atividades de investimentos		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(31.624)	-
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	35.099	607.569
Adições de ativo contratual	(351.880)	(260.973)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimentos	(348.405)	346.596
Atividades de financiamentos		
Captação de empréstimos e debêntures	297.060	-
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(440.604)	(282.654)
Liquidação de operações com derivativos	49.078	69.887
Amortizações de mútuos com controladas e coligadas	(23.500)	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	(117.966)	(212.767)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	68.732	183.551
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	322.437	392.601
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	391.170	576.152

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
Demonstrações do valor adicionado para os períodos findos em 31 de março de 2022 e 2021
 (Em milhares de Reais)

	1° Trimestre 2022	1° Trimestre 2021
1 - Receita	3.827.305	3.677.645
1.1 Receita de venda de energia e serviços	3.528.866	3.445.904
1.3 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	322.037	251.707
1.4 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.598)	(19.966)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(1.843.405)	(1.868.506)
2.1 Custo com energia elétrica	(1.386.985)	(1.479.725)
2.2 Material	(204.337)	(136.161)
2.3 Serviços de terceiros	(192.658)	(180.251)
2.4 Outros	(59.425)	(72.369)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	1.983.900	1.809.139
4 - Retenções	(111.290)	(99.397)
4.1 Amortização	(98.265)	(86.372)
4.2 Amortização do intangível de concessão	(13.025)	(13.025)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	1.872.610	1.709.742
6 - Valor adicionado recebido em transferência	110.443	51.937
6.1 Receitas financeiras	110.443	51.937
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	1.983.053	1.761.679
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	93.062	82.316
8.1.1 Remuneração direta	51.718	46.321
8.1.2 Benefícios	37.935	32.979
8.1.3 F.G.T.S	3.409	3.016
8.2 Impostos, taxas e contribuições	1.316.685	1.362.810
8.2.1 Federais	534.285	586.986
8.2.2 Estaduais	782.085	775.509
8.2.3 Municipais	315	315
8.3 Remuneração de capital de terceiros	263.579	118.251
8.3.1 Juros	256.454	110.642
8.3.2 Aluguéis	7.125	7.609
8.4 Remuneração de capital próprio	309.727	198.302
8.4.1 Lucros retidos	309.727	198.302
	1.983.053	1.761.679

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

RGE SUL DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS
EM 31 DE MARÇO DE 2022

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. (“RGE Sul” ou “Companhia”), é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Av. São Borja, 2.801, CEP 93032-525 - Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 06 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 381 municípios do Estado do Rio Grande do Sul. Entre os principais municípios estão Canoas, São Leopoldo, Novo Hamburgo, Santa Maria, Caxias do Sul, Gravataí, Passo Fundo e Bento Gonçalves, atendendo aproximadamente 3,0 milhões de consumidores.

1.1 Impactos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que o coronavírus (COVID-19) é uma pandemia. O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial do surto à época, aumentaram de certa forma o grau de incerteza para os agentes econômicos e podem gerar impactos nas informações contábeis intermediárias. As principais economias do Mundo e os principais blocos econômicos vêm estudando e implementando pacotes de estímulos econômicos para minimizar impactos econômicos que o COVID-19 possa provocar.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram diversos atos normativos para prevenir e conter a pandemia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou o estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também publicaram diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde, incluindo pesquisa e desenvolvimento, e aplicação de vacinas. Em 22 de abril de 2022 o Ministro da Saúde assinou a portaria que decreta fim do estado de Emergência em Saúde Pública, a qual passa a ter vigência após 30 dias após a data de publicação no Diário Oficial da União.

A Administração tem avaliado de forma constante o impacto do surto nas operações e na posição patrimonial e financeira da Companhia, com o objetivo de implementar medidas apropriadas para mitigar os impactos nas operações. Até a data de autorização para emissão dessas informações contábeis intermediárias, as seguintes medidas foram tomadas e os principais assuntos que estão sob monitoramento constante estão listados a seguir:

- Implementação de medidas temporárias no quadro de funcionários, tais como planos de home office, adequação dos espaços coletivos para evitar aglomerações, e demais medidas aplicáveis, relacionadas à saúde;

Notas Explicativas

- Negociação com fornecedores de equipamentos para avaliação de prazos de entregas visto o novo cenário da pandemia, sem que haja, até o momento, indicativos de riscos relevantes de atraso que possam impactar nas operações;
- Avaliação das condições contratuais com instituições financeiras relacionadas a empréstimos e financiamentos e pagamento com fornecedores, para mitigar eventuais riscos de liquidez;
- Monitoramento das variações de indexadores de mercado que poderiam afetar empréstimos, financiamentos e debêntures;
- Avaliação de eventuais renegociações com clientes, em função de retração macroeconômica. Tais renegociações estão sendo direcionadas, em sua maioria, através de deslocamentos temporais nas quantidades contratadas;
- Monitoramento de redução do mercado faturado pelo fechamento, assim como a retomada após as medidas de flexibilização, de estabelecimentos comerciais e industriais decorrente das medidas de enfrentamento à pandemia;
- Monitoramento de sobrecontratação em função da redução da carga e consequentes sobras de energia superiores aos 5% previstos nos requisitos regulatórios;

Devido à relevância dos potenciais impactos mencionados, as autoridades do Setor Elétrico Brasileiro, em especial o Ministério de Minas e Energia (MME) e a ANEEL, adotaram algumas medidas durante o período de pandemia, sendo as mais relevantes:

- Isenção para a parcela de consumo mensal de até 220 quilowatt-hora (kWh/mês) dos consumidores das classes residenciais de baixa renda, no período entre 1º de abril a 30 de junho de 2020, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, custeada por meio de aportes da União ao fundo setorial CDE, conforme previsto na Medida Provisória nº 949, de 8 de abril de 2020;
- Reconhecimento das sobras resultantes da redução de carga das distribuidoras, decorrente dos efeitos da pandemia de COVID-19, como exposição contratual involuntária, a ser regulamentada pela ANEEL, conforme previsto na Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, e no Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020;
- Criação da Conta COVID por meio da Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020 e regulamentada por meio do Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, e da Resolução Normativa nº 885, de 23 de junho de 2020.

Mais informações sobre a Conta COVID e como afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota explicativa 1.1 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

Considerando todas as análises realizadas sobre os aspectos relacionados aos impactos do COVID-19 em seu negócio, assim como as atualizações regulatórias efetuadas, no primeiro trimestre de 2022, a Companhia concluiu que não houve efeitos relevantes relacionados à pandemia em suas informações contábeis intermediárias.

O efeito financeiro e econômico para a Companhia ao longo dos próximos meses dependerá do desfecho da crise e seus impactos macroeconômicos, especialmente no que tange à retração na atividade econômica, bem como dos impactos relacionados as medidas de restrição. A Companhia continuará monitorando constantemente os efeitos da crise e os impactos nas suas operações e nas informações contábeis intermediárias.

Notas Explicativas

Reequilíbrio Econômico Financeiro

Em decorrência dos efeitos das medidas restritivas adotadas pelo governo para conter o avanço da pandemia causada pelo surto do Coronavírus (COVID-19), a Companhia, assim como outras concessionárias de distribuição de energia elétrica do país, sofreram impactos extraordinários e imediatos, sendo as principais a queda da receita em função da retração do mercado consumidor e redução da arrecadação pelo aumento da inadimplência.

Considerando os efeitos da pandemia e, tendo como base o contrato de concessão entre a Companhia e o Poder Concedente, por intermédio da ANEEL, assim como os artigos 9º e 10º da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, dentre outras previsões legais aplicáveis, a Companhia possui o direito ao reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão, de forma que, em uma situação em que ônus gerados por eventos alheios à gestão dos riscos inerentes à operação, tais como, mas sem se limitar, a eventos categorizados como caso fortuito ou força maior, ou mesmo determinações do Poder Concedente que impactem a Companhia, devem ser ressarcidos à Companhia para reequilibrar a saúde econômico-financeira do contrato de concessão.

O Decreto nº 10.350, de 18 de maio de 2020, que regulamenta a Medida Provisória nº 950, de 8 de abril de 2020, prevê a análise pela ANEEL, em processo administrativo específico, da necessidade de recomposição do equilíbrio econômico-financeiro das concessionárias de distribuição de energia elétrica, mediante solicitação das interessadas. Nos termos da Resolução Normativa ANEEL nº 885, de 23 de junho de 2020, a Agência, instaurou segunda fase da Consulta Pública nº 35 de 2020 ("CP35/2020") no período entre 18 de agosto e 05 de outubro de 2020, com o objetivo de regular a recomposição do equilíbrio econômico-financeiro de contratos de concessão e permissão do serviço público de distribuição de energia elétrica.

Em continuidade ao processo de definição da regulamentação do restabelecimento do equilíbrio econômico das concessionárias distribuidoras durante a pandemia, a ANEEL abriu a 3ª Fase da Consulta Pública nº 35 no fim de 2021, na qual também foi discutido sobre as regras de alocação dos custos do empréstimo da Conta Covid e da sobrecontratação involuntária para o ano civil de 2020, reflexo do cenário de pandemia.

Concluída a terceira e última fase da CP35/2020, a Agência definiu as metodologias referentes à sobrecontratação involuntária de 2020, ao reequilíbrio econômico em função da queda de mercado e aumento da inadimplência durante a pandemia, bem como sobre o rateio do custo financeiro da Conta COVID, consubstanciadas na Resolução Normativa ANEEL nº 952, de 23 de novembro de 2021. A Companhia continua analisando os impactos causados pela pandemia e definirá quanto à necessidade de solicitar a recomposição do equilíbrio econômico em até 60 dias após a publicação, pela ANEEL, da projeção da receita irre recuperável realizada nos meses de março a dezembro de 2020, conforme definido no parágrafo 7 do Submódulo 2.10 do PRORET, homologado por meio da referida resolução normativa. Ademais, foi estimada e registrada a parcela do custo financeiro da Conta COVID a ser alocada nos processos tarifários de 2022.

(2) APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS

2.1 Base de preparação

Estas informações contábeis intermediárias foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com base nas normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - (CVM), aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais (ITR), de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária. A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Notas Explicativas

As práticas e critérios contábeis adotados no preparo dessas informações contábeis intermediárias estão consistentes com aqueles adotados na elaboração das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021, e devem ser analisadas em conjunto.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das informações contábeis intermediárias estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A autorização para a emissão destas informações contábeis intermediárias foi dada pela Administração em 9 de maio de 2022.

2.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de Instrumentos Financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados);
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial (critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens);
- Nota 10 – Créditos fiscais diferidos (reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados);
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão (premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos) (nota 31);
- Nota 12 – Outros ativos (provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as: principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada);
- Nota 14 – Intangível (principais premissas em relação aos valores recuperáveis);
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 17 – Debêntures (principais premissas para determinação do valor justo);
- Nota 18 – Entidade de previdência privada (principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos);
- Nota 20 – Imposto de renda e contribuição social a recolher: incertezas sobre os tributos sobre o lucro;

Notas Explicativas

- Nota 21 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais (reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos); e;
- Nota 31 – Instrumentos Financeiros - derivativos (principais premissas para determinação do valor justo).

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as informações contábeis intermediárias estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Conseqüentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das informações contábeis intermediárias de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As informações contábeis intermediárias da Companhia foram preparadas com base nas mesmas políticas contábeis descritas na nota 3 - Sumário das principais políticas contábeis, divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

- Intangível

O valor justo dos itens do ativo intangível é baseado na abordagem de mercado e nas abordagens de custos através de preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponíveis, e custo de reposição quando apropriado.

- Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que

Notas Explicativas

disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos, consiste na avaliação ao preço de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador (“ANEEL”). Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Saldos bancários	22.104	55.033
Aplicações financeiras	369.066	267.404
Títulos de crédito privado (a)	369.013	261.053
Operações compromissadas (b)	53	6.351
Total	<u>391.170</u>	<u>322.437</u>

- a) Corresponde a operações de curto prazo em CDBs no montante de R\$ 369.013 (R\$ 261.053 em 31 de dezembro de 2021), realizadas com instituições financeiras de grande porte que operam no mercado financeiro nacional, tendo como características liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 102,41% do CDI (101,93% do CDI em 31 de dezembro de 2021).
- b) Representa valores aplicados em operações compromissadas em debêntures e remuneração equivalente, na média de 89,50% do CDI (86,50% do CDI em 31 de dezembro de 2021), possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
Aplicação direta	378	3.568
Total	<u>378</u>	<u>3.568</u>

Representa valores aplicados em títulos de capitalização, cuja remuneração é equivalente à Taxa Referencial (TR). Em 31 de dezembro de 2021 representa valores em debêntures de emissão própria mantidas em tesouraria com remuneração equivalente, na média de 109,75% do CDI.

Notas Explicativas**(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS**

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/03/2022	31/12/2021
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	407.983	214.862	27.135	649.980	643.063
Industrial	23.626	13.203	17.202	54.032	48.711
Comercial	100.369	35.334	21.333	157.036	148.207
Rural	78.674	25.431	9.768	113.873	95.366
Poder público	26.615	3.775	7.873	38.262	33.103
Iluminação pública	28.873	327	1.007	30.207	32.008
Serviço público	19.418	266	2	19.685	17.216
Faturado	685.558	293.198	84.319	1.063.075	1.017.675
Não faturado	424.657	-	-	424.657	380.271
Parcelamento de débito de consumidores	75.766	25.510	15.423	116.699	109.018
Operações realizadas na CCEE	6.104	-	-	6.104	78.421
Concessionárias e permissionárias	22.185	-	-	22.185	22.653
Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica	(5.106)	-	-	(5.106)	(96.476)
Outros	2.508	-	-	2.508	2.508
	1.211.671	318.707	99.743	1.630.121	1.514.069
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(109.400)	(110.379)
Total				1.520.721	1.403.690
Não circulante					
Precatórios	30.957	-	-	30.957	36.263
Parcelamento de débito de consumidores	39.885	-	-	39.885	43.427
Total	70.842	-	-	70.842	79.690

Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica: criado pelo Governo Federal no âmbito da Câmara de Regras Excepcionais para a Gestão Hidroenergética (CREG) como uma das medidas para enfrentamento do pior cenário de escassez hídrica da história do país. Os consumidores que reduziram o consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), limitado a 20% (vinte por cento), no período de setembro a dezembro de 2021 comparado ao de setembro a dezembro de 2020, receberam bônus no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh reduzido, desde que possuíssem histórico de medição. O referido bônus foi custeado por encargo setorial específico, denominado Encargos de Serviço do Sistema (ESS), repassado pela CCEE às distribuidoras. A Companhia registrou um crédito no montante de R\$ 96.478 em ativo em Consumidores, concessionárias e permissionárias, referente ao bônus concedido aos consumidores em função do citado programa, sendo que desde montante, R\$ 91.372 foram pagos, em contrapartida de um ativo em Outros Créditos no mesmo montante. O reembolso às distribuidoras ocorreu na contabilização da CCEE de janeiro, que foi liquidada em março de 2022 (nota 12).

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (“PCLD”)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência.

O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 31.f.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

Notas Explicativas

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2021	(110.379)	(17.099)	(127.478)
Provisão revertida (constituída) líquida	(38.110)	7	(38.103)
Recuperação de receita	14.505	-	14.505
Baixa de contas a receber provisionadas	24.584	-	24.584
Saldo em 31/03/2022	(109.400)	(17.093)	(126.492)

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	14.249	14.001
Imposto de renda e contribuição social a compensar	14.249	14.001
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	28.388	20.857
ICMS a compensar	81.651	77.027
Programa de integração social - PIS	298	249
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	1.377	1.149
Instituto nacional de seguridade social - INSS	8	8
Outros	48	48
Outros tributos a compensar	111.770	99.338
Total circulante	126.019	113.339
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	174	174
Imposto de renda a compensar - IRPJ	2.576	2.576
Imposto de renda e contribuição social a compensar	2.751	2.751
ICMS a compensar	118.848	108.726
Programa de integração social - PIS	837	826
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	3.857	3.802
Outros	671	671
Outros tributos a compensar	124.213	114.026
Total não circulante	126.964	116.777

Notas Explicativas

8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS

Ativo	31/03/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
PIS sobre ICMS	93.873	84.190
COFINS sobre ICMS	439.195	394.014
Total circulante	533.068	478.204
<u>Não circulante</u>		
PIS sobre ICMS	389.926	411.080
COFINS sobre ICMS	1.788.781	1.872.647
Total não circulante	2.178.707	2.283.726
<u>Passivo</u>	31/03/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	334.783	-
Total circulante	334.783	-
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	2.482.441	2.768.506
Total não circulante	2.482.441	2.768.506

Em 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e da COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2002). Como resultado neste mesmo ano, os registros contábeis de ativos de tributos a compensar e passivo com consumidores foram reconhecidos nas demonstrações financeiras (nota 8.1). atualizado até 31 de março é de R\$ 1.942.901 (R\$ 2.006.079 em 31 de dezembro de 2021). No primeiro trimestre de 2022 já foram compensados R\$ 98.227 (totalizando R\$ 334.783 de compensações realizadas).

Em contrapartida, o saldo atualizado do passivo com consumidores em 31 de março de 2022 é de R\$ 2.048.349, saldo este já considerando no reajuste tarifário de junho de 2021 a antecipação da reversão dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário de R\$ 228.800.

Tendo em vista (i) a decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (ii) nos termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado "praticamente certo", no 2º trimestre 2021 a Companhia registrou ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores no montante de R\$ 739.273, relacionado a RGE (empresa incorporada em dezembro de 2018), embora a ação desta empresa ainda não tenha transitado em julgado. No primeiro trimestre de 2022 o saldo atualizado é de R\$ 768.875.

Considerando as duas ações judiciais (RGE Sul e RGE (empresa incorporada em dezembro de 2018)), o montante total para o primeiro trimestre de 2022 de ativos de tributos a compensar é de R\$ 2.711.775 e do passivo com consumidores é de R\$ 2.817.224.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos após o trânsito em julgado de ação judicial está limitada ao prazo prescricional dos últimos 10 anos. Tal posicionamento foi inclusive externado pela Companhia através de contribuição apresentada no processo da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, ainda sem conclusão por aquele Órgão.

Notas Explicativas

Logo, a decisão contábil da Companhia de, neste momento, não registrar qualquer crédito tributário em seu favor não significa qualquer renúncia de direito, mas serve tão somente para refletir o posicionamento da referida Consulta Pública em andamento pela ANEEL.

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do período do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2021			Receita operacional (nota 25)		Resultado financeiro (nota 28)	Recebimento da conta de comercialização de Itaipu	Saldo em 31/03/2022		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária		Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	700.474	163.228	863.702			17.595				
CVA (*)							(5.172)	135.712	95.659	231.371
CDE (**)	(42.531)	15.666	(26.865)	118.599	(9.603)	789	-	76.456	6.464	82.920
Custos energia elétrica	(41.058)	(83.385)	(124.443)	(456.060)	48.958	(3.522)	-	(501.087)	(33.980)	(535.067)
ESS e EER (***)	395.388	43.536	438.924	(42.993)	(22.163)	7.688	-	359.442	22.014	381.456
Proinfa	-	6.798	6.798	21.666	(3.910)	546	-	22.096	3.004	25.100
Rede básica	61.972	38.303	100.275	3.509	(21.904)	2.362	-	66.984	17.257	84.241
Repasso de Itaipu	467.677	134.170	601.847	1.544	(61.650)	12.837	(5.172)	472.701	76.705	549.406
Transporte de Itaipu (939)	-	7.089	6.150	(3.260)	(3.507)	155	-	(4.203)	3.740	(462)
Neutralidade dos encargos setoriais	6.546	(8.353)	(1.807)	(30.934)	4.748	360	-	(24.027)	(3.605)	(27.632)
Sobrecontratação	(146.581)	9.406	(137.175)	(33.240)	(5.347)	(3.621)	-	(183.443)	4.059	(179.383)
Bandeira tarifária faturada	-	-	-	(149.207)	-	-	-	(149.207)	-	(149.207)
Outros componentes financeiros	101.841	(116.167)	(14.326)	134.379	62.750	2.955	-	241.494	(55.736)	185.758
Total	802.315	47.061	849.376	(435.998)	(11.627)	20.550	(5.172)	377.206	39.923	417.129
Ativo circulante			595.997							376.865
Ativo não circulante			253.379							134.286
Passivo não circulante			-							(94.022)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

Recebimento da conta de Comercialização de Itaipu: Em função do saldo positivo da Conta de Comercialização de ITAIPU em 2020, a Companhia recebeu em 2021 o montante de R\$ 95.186 e no primeiro trimestre de 2022 o valor de R\$ 5.172, para minimizar o impacto tarifário a todos os consumidores no Reajuste Tarifário Anual – RTA de abril de 2021, conforme disposto no Decreto nº 10.665/21. Tal recurso será cobrado posteriormente de todos os consumidores para devolução à Conta de Comercialização de ITAIPU, quando então será oferecido como bônus aos consumidores residenciais e rurais, nos termos do art. 21 da Lei nº 10.438/02.

Alterações do MCSE - Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021 foram:

A ANEEL através do Despacho nº 2.904 de 17 de setembro de 2021, aprovou a versão 2022 do MCSE, com vigência a partir de 1º de janeiro de 2022, cujas principais mudanças envolvendo os ativos e passivos financeiros setoriais foram:

- 1) Alteração da contabilização da Bandeira tarifária faturada ainda não homologada pela CCRBT para ativo ou passivo financeiro setorial, que antes era registrada no grupo de contas de taxas regulamentares (nota 19).
- 2) Alteração na contabilização dos ativos e passivos financeiros setoriais por ciclo tarifário (Homologado e Diferido).

Os detalhes sobre a natureza de cada ativo e passivo financeiro setorial estão descritos na nota 9 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas**(10) CRÉDITOS FISCAIS DIFERIDOS****10.1- Composição dos créditos e débitos fiscais:**

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Crédito de contribuição social</u>		
Bases negativas	35.996	52.952
Benefício fiscal do intangível incorporado	38.984	39.513
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(85.323)</u>	<u>(97.561)</u>
Subtotal	(10.343)	(5.096)
<u>Crédito de imposto de renda</u>		
Prejuízos fiscais	102.321	149.240
Benefício fiscal do intangível incorporado	125.212	127.397
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	<u>(237.007)</u>	<u>(271.002)</u>
Subtotal	(9.474)	5.635
Total	<u>(19.817)</u>	<u>539</u>

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis, benefício fiscal do intangível incorporado, bases negativas e prejuízos fiscais, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R2) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. A taxa anual de amortização aplicada é linear de 4,11%.

Notas Explicativas**10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:**

	31/03/2022		31/12/2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20.301	56.393	19.782	54.951
Entidade de previdência privada	802	2.228	531	1.476
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	11.850	32.917	11.940	33.165
Provisão energia livre	313	870	313	870
Programas de P&D e eficiência energética	1.242	3.450	1.261	3.502
Provisão relacionada a pessoal	1.963	5.454	1.439	3.996
Marcação a Mercado- Derivativos	9.396	26.099	8.271	22.975
Marcação a Mercado- Dívidas	(12.757)	(35.437)	(12.102)	(33.618)
Derivativos	(12.697)	(35.269)	(42.225)	(117.291)
Registro da concessão - ajuste do intangível	1.751	4.865	1.830	5.083
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(128.608)	(357.245)	(116.636)	(323.990)
Outros	7.804	21.677	14.842	41.228
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis - resultado abrangente acumulado				
Perdas atuariais	13.987	38.852	13.987	38.852
Marcação a Mercado- Derivativos	180	499	196	545
Marcação a Mercado- Dívidas	(849)	(2.360)	(988)	(2.745)
Total	(85.323)	(237.007)	(97.561)	(271.002)

10.4 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021:

	1º Trimestre 2022		1º Trimestre 2021	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	477.757	477.757	308.659	308.659
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Amortização de intangível adquirido	-	11	-	11
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	19.489	19.489	15.137	15.137
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	2.003	(4.865)	576	847
Base de cálculo	499.249	492.391	324.372	324.654
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(44.932)	(123.098)	(29.193)	(81.163)
Corrente	(39.563)	(107.650)	-	-
Diferido	(5.369)	(15.448)	(29.193)	(81.163)

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2021	5.904.078
Transferência - ativo contratual	189.276
Transferência - intangível em serviço	(778)
Ajuste ao valor justo	136.547
Baixas	(7.935)
Saldo em 31/03/2022	6.221.189

Notas Explicativas

O saldo refere-se ao ativo financeiro correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão mensurados a valores justos.

Conforme modelo tarifário vigente, a remuneração deste ativo é reconhecida no resultado mediante faturamento aos consumidores e sua realização ocorre no momento do recebimento das contas de energia elétrica. Adicionalmente, a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição "VNR" – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 25) no resultado do período.

No primeiro trimestre de 2022, o valor das baixas de R\$ 7.935 (R\$ 11.694 no primeiro trimestre de 2021) refere-se a baixa da atualização relacionada ao ativo de R\$ 3.528 (R\$ 1.451 no primeiro trimestre de 2021) e a baixa do ativo de R\$ 4.407 (R\$ 10.243 no primeiro trimestre de 2021)

(12) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Adiantamentos - fornecedores	9.518	9.876	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	11.401	11.613	-	-
Ordens em curso	152.481	153.090	-	-
Serviços prestados a terceiros	10.182	10.368	-	-
Despesas antecipadas	29.204	29.326	4.225	4.566
Contas a receber - CDE	73.427	62.917	-	-
Adiantamentos a funcionários	11.932	6.483	-	-
Arrendamentos e alugueis	17.325	17.278	-	-
Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica a receber (nota 7)	115	96.478	-	-
Outros	23.140	30.691	13.574	-
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(17.093)	(17.099)	-	-
Total	321.632	411.022	17.799	4.566

Contas a receber – CDE – refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 13.769 (R\$ 11.877 em 31 de dezembro de 2021); (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 59.658 (R\$ 51.040 em 31 de dezembro de 2021).

(13) ATIVO CONTRATUAL

A movimentação abaixo refere-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

Saldo em 31/12/2021	650.777
Adições	355.875
Transferência - Intangível em serviço	(60.212)
Transferência - Ativo financeiro	(189.276)
Saldo em 31/03/2022	757.163

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

Notas Explicativas**(14) INTANGÍVEL**

A movimentação abaixo refere-se ao Intangível de Direito de concessão, adquirido em combinações de negócio, infraestrutura de distribuição em serviço e outros ativos intangíveis:

	Direito de concessão			Total
	Adquirido em combinações de negócio	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	
Saldo em 31/12/2021	305.882	2.030.802	3.907	2.340.592
Custo histórico	1.923.048	5.322.726	41.191	7.286.965
Amortização acumulada	(1.617.166)	(3.291.924)	(37.284)	(4.946.373)
Amortização	(13.025)	(96.723)	(285)	(110.033)
Transferência - ativo contratual	-	60.212	-	60.212
Transferência - ativo financeiro	-	778	-	778
Baixa e transferência - outros ativos	-	(5.366)	-	(5.366)
Saldo em 31/03/2022	292.857	1.989.703	3.622	2.286.183
Custo histórico	1.923.048	5.348.921	41.191	7.313.160
Amortização acumulada	(1.630.191)	(3.359.218)	(37.569)	(5.026.977)

Os valores de amortização estão registrados como segue: (i) “amortização” para a amortização dos ativos intangíveis de Infraestrutura de Distribuição e Outros Ativos Intangíveis; e (ii) “amortização de intangível de concessão” para a amortização do ativo intangível Adquirido em Combinação de Negócios.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(15) FORNECEDORES

	31/03/2022	31/12/2021
<u>Circulante</u>		
Encargos de serviço do sistema	59.628	275.751
Suprimento de energia elétrica	382.601	528.074
Encargos de uso da rede elétrica	129.245	108.695
Materiais e serviços	207.798	177.718
Total	779.272	1.090.239
<u>Não circulante</u>		
Suprimento de energia elétrica	166.169	157.525
Encargos de uso da rede elétrica	63.582	60.275
Materiais e serviços	-	3.483
Total	229.751	221.283

Notas Explicativas

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/03/2022
Mensuradas ao custo							
Moeda nacional							
Pós Fixado							
TJLP	427	-	(256)	4	-	(5)	171
IPCA	1.903.727	297.139	(27.821)	68.456	-	(21.574)	2.219.928
Total ao custo	1.904.154	297.139	(28.076)	68.460	-	(21.579)	2.220.099
Gastos com captação	(17.179)	-	-	795	-	-	(16.384)
Mensuradas ao valor justo							
Moeda estrangeira							
Dólar	1.692.701	-	(119.198)	7.057	(245.861)	(9.914)	1.324.786
Euro	187.339	-	(168.330)	193	(18.865)	(337)	-
Marcação a mercado	(48.284)	-	-	145	-	-	(48.139)
Total ao valor justo	1.831.756	-	(287.528)	7.395	(264.726)	(10.251)	1.276.646
Total	3.718.732	297.139	(315.604)	76.650	(264.726)	(31.830)	3.480.361
Circulante	435.612						416.038
Não circulante	3.283.120						3.064.323

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/03/2022	31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
Pós Fixado					
TJLP		171	427	2017 a 2022	Fiança Bancária
FINEP	TJLP + 6%	171	427		
IPCA		2.219.928	1.903.727	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74%	2.219.928	1.903.727		
Total moeda nacional		2.220.099	1.904.154		
Gastos com captação		(16.384)	(17.179)		
Mensuradas ao valor justo					
Moeda estrangeira					
Dólar					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + Libor 3 meses + 0,87%	(a) 195.301	229.372	2023 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	US\$ + de 1,83% a 3,47%	1.129.485	1.463.329	2021 a 2026	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		1.324.786	1.692.701		
Euro					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)	Euro + de 0,79	-	187.339	2022	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
		-	187.339		
Marcação a mercado		(48.139)	(48.284)		
Total moeda estrangeira		1.276.646	1.831.756		
Total		3.480.361	3.718.732		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratos em moeda estrangeira possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas nota 31.

Taxa efetiva a.a.:

(a) De 30% a 70% do CDI

Conforme segregado nos quadros acima, a Companhia em consonância com o CPC 48 classificou suas dívidas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação

Notas Explicativas

a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pela variação no valor justo em função do risco de crédito, que a depender das características das dívidas na época das contratações, pode ser registrada em outros resultados abrangentes ou no resultado do período.

Em 31 de março de 2022, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 48.139 (R\$ 48.284 em 31 de dezembro de 2021), que deduzidos das perdas obtidas não realizadas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 36.766 (R\$ 33.874 em 31 de dezembro de 2021), contratados para proteção da variação cambial (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 11.373 (R\$ 14.410 em 31 de dezembro de 2021).

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

A partir de 01/04/2023	130.019
2024	502.920
2025	775.991
2026	361.350
2027	1.342.181
Subtotal	3.112.462
Marcação a mercado	(48.139)
Total	3.064.323

Adições no período:

Modalidade	Total aprovado	Montantes liberados em 2022	Pagamento de juros	Amortização do principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro anual	Taxa efetiva anual
Moeda nacional							
Empréstimo bancário (IPCA - BNDES)	353.019	70.607	Trimestral até 07/2023	Mensal após 07/2023	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%
Empréstimo bancário (IPCA - BNDES)	1.132.601	226.532	Trimestral	Parcela única em junho de 2027	Investimento	IPCA + 4,27%	IPCA + 4,34%
	<u>1.485.620</u>	<u>297.139</u>					

Condições restritivas:

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. Ainda o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

Para os empréstimos e financiamentos contratados ou com liberações de recursos ocorridas em 2022, alguns têm cláusulas restritivas relacionadas a indicadores financeiros, como seguem:

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia S.A.

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA menor ou igual a 3,75.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75;
- Dívida líquida dividida pela (Dívida Líquida + PL) menor ou igual a 0,9.

Notas Explicativas

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia S.A. para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

Para os demais empréstimos e financiamentos, os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 16 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de março de 2022, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2021	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/03/2022
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	1.489.897	-	(125.000)	38.047	(33.395)	1.369.549
IPCA	168.163	-	-	6.574	(4.428)	170.309
Total ao custo	1.658.060	-	(125.000)	44.621	(37.823)	1.539.858
Gastos com captação	(26.836)	(80)	-	1.030	-	(25.887)
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	1.001.805	-	-	39.189	(7.700)	1.033.295
Marcação a mercado	(97.169)	-	-	(5.879)	-	(103.048)
Total ao valor justo	904.637	-	-	33.310	(7.700)	930.247
Total	2.535.860	(80)	(125.000)	78.961	(45.523)	2.444.218
Circulante	159.762					126.024
Não circulante	2.376.098					2.318.195

Notas Explicativas

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais		31/03/2022	31/12/2021	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	De 107% a 109,75% do CDI	(a)	1.369.549	1.489.897	2021 a 2024	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA+ 5,3473%	(b)	170.309	168.163	2023 a 2024	Fiança da CPFL Energia
Total mensuradas ao custo			1.539.858	1.658.060		
Gastos com captação			(25.887)	(26.836)		
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	IPCA + 5,80% (1)	(b)	273.468	270.320	2024 a 2025	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + 4,30% (1)	(c)	759.827	731.485	2029 a 2031	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado			(103.048)	(97.169)		
Total mensuradas ao valor justo			930.247	904.637		
Total			2.444.218	2.535.860		

(1) Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31.

Taxa efetiva a.a.:

- (a) De 107,84% do CDI
- (b) IPCA + 5,49 a 6,31%
- (c) CDI + 1,48% a 1,58%

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debentures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debentures, de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia, exceto pelo componente de cálculo de risco de crédito que é registrado em outros resultados abrangentes.

Em 31 de março de 2022, os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debentures foram de R\$ 103.048 (R\$ 97.169 em 31 de dezembro de 2021), deduzido das perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 75.990 (R\$ 66.571 em 31 de dezembro de 2021), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 31), geraram um ganho total líquido não realizado de R\$ 27.058 (R\$ 30.598 em 31 de dezembro de 2021).

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento	
A partir de 01/04/2023	370.000
2024	583.798
2025	132.272
2026	197.823
2027	198.377
2028 a 2032	938.973
Subtotal	2.421.242
Marcação a mercado	(103.048)
Total	2.318.195

Notas Explicativas

Condições restritivas

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

Os detalhes das condições restritivas estão apresentados na nota 17 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de março de 2022, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados e ex-empregados administrado pela Fundação Família Previdência de Previdência Privada (“Fundação CEEE”), que são distintos entre os colaboradores da incorporadora e os colaboradores da incorporada (extinta Rio Grande Energia S.A), sendo conforme abaixo:

“Plano 1” (Plano Único da incorporada): Plano do tipo “benefício definido” com nível de benefício igual a 100% da média corrigida dos últimos salários, descontado o benefício presumido da Previdência Social, com um Ativo Líquido Segregado, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde 1997.

“Plano 2” (Plano Único da incorporadora): Plano do tipo “benefício definido”, que se encontra fechado à adesão de novos participantes desde fevereiro de 2011. A contribuição da Companhia é paritária à contribuição dos colaboradores beneficiados, na proporção de um para um, inclusive no que diz respeito ao plano de custeio administrativo da Fundação.

18.1- Movimentações do plano de benefício definido

As movimentações ocorridas no período, no passivo líquido são as seguintes:

	<u>Plano 1</u>	<u>Plano 2</u>
Passivo atuarial líquido em 31/12/2021	21.084	139.458
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	447	3.577
Contribuições da patrocinadora vertidas no período	(498)	(518)
Passivo atuarial líquido em 31/03/2022	21.034	142.516
Outras contribuições	-	44
Total passivo	21.034	142.560
Circulante	-	44
Não circulante	-	163.550

Notas Explicativas

As receitas e despesas reconhecidas como custo da operação estão demonstradas abaixo:

	1º Trimestre 2022		1º Trimestre 2021	
	Plano 1	Plano 2	Plano 1	Plano 2
Custo do serviço	(20)	342	(292)	286
Juros sobre obrigações atuariais	10.700	14.114	8.437	12.521
Rendimento esperado dos ativos do plano	(10.233)	(10.879)	(8.745)	(9.198)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	-	-	216	-
Total da despesa (receita)	447	3.577	(384)	3.609

Premissas atuariais

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial, na data do balanço foram:

	Planos 1 e 2	
	31/12/2021	31/12/2020
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	9,41% a.a.	7,72% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	9,41% a.a.	7,72% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	5,74% a.a.(*)	5,48% a.a.(*)
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	4,00% a.a.	3,75% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	4,00% a.a.	3,75% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	BR-EMS sb v.2015	BR-EMS sb v.2015
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	Light média	Light média
Taxa de rotatividade esperada:	Nula	Nula
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral	100% na primeira elegibilidade a um benefício de aposentadoria integral

(*) Índice estimado de aumento nominal dos salários para a RGE (Plano 1) foi de 5,22% em 2021 e de 4,96% em 2020.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(19) TAXAS REGULAMENTARES

	31/03/2022	31/12/2021
Taxa de fiscalização da ANEEL - TFSEE	1.114	1.114
Conta de desenvolvimento energético - CDE	7.937	7.937
Bandeiras tarifárias e outros	1	133.549
Total	9.052	142.599

Bandeiras tarifárias e outros: O saldo de 31 de dezembro de 2021 refere-se basicamente a bandeira tarifária (vermelha escassez hídrica) faturada em dezembro de 2021 e homologada em março de 2022 (nota 9).

Notas Explicativas**(20) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER**

	<u>31/03/2022</u>	<u>31/12/2021</u>
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	39.142	10.170
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	14.457	7.704
Imposto de renda e contribuição social a recolher	53.600	17.875
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	97.361	115.806
Programa de integração social - PIS	7.442	5.293
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	34.437	24.862
Outros	12.834	13.960
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	152.074	159.921
Total Circulante	205.673	177.796
<u>Não circulante</u>		
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	6.953	6.906
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1.920	1.896
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	8.873	8.802
Total Não circulante	8.873	8.802

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 21.

(21) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	<u>31/03/2022</u>		<u>31/12/2021</u>	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	76.343	41.621	75.682	41.612
Cíveis	108.630	24.362	104.178	24.882
Fiscais	19.406	40.534	19.058	39.649
Regulatórios	16.303	-	15.909	-
Outros	369	-	369	-
Total	221.050	106.518	215.196	106.144

Notas Explicativas

A movimentação das provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros, está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/03/2022
Trabalhistas	75.682	2.808	(1.280)	(2.724)	1.856	76.343
Cíveis	104.178	9.942	(1.193)	(11.568)	7.270	108.630
Fiscais	19.058	43	33	-	273	19.406
Regulatórios	15.909	-	-	-	394	16.303
Outros	369	-	-	-	-	369
Total	215.196	12.793	(2.439)	(14.292)	9.793	221.050

As provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

Os detalhes da natureza das provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros e depósitos judiciais estão apresentados na nota 21 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

Perdas possíveis: A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021, estavam assim representadas:

	31/03/2022	31/12/2021	Principais causas
Trabalhistas	336.323	325.171	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	1.062.683	1.005.363	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifaria, revisão de contratos
Fiscais	1.071.204	1.056.046	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	548.622	546.262	INSS, ICMS, PIS e COFINS
Regulatório	50.524	48.394	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	3.069.356	2.981.235	

Trabalhistas - No tocante às contingências trabalhistas o Supremo Tribunal Federal reafirmou em dezembro/21 a aplicação do IPCA-E para os débitos na fase pré-processual e a SELIC para após o ajuizamento das ações, mantendo modulação dos efeitos da decisão, conforme andamento processual, respaldando os pagamentos já realizados com a atualização pela TR. A Administração da Companhia esclarece que realiza a liquidação individualizada dos casos trabalhistas, nos termos das respectivas decisões e não identificou em análise preliminar alteração material. Assim, a Companhia permanece acompanhando a aplicação das decisões do STF aos seus casos até que sobrevenha solução legislativa para alteração da TR.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

Notas Explicativas**(22) OUTRAS CONTAS A PAGAR**

	Circulante		Não circulante	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021
Consumidores e concessionárias	144.320	112.063	79.553	75.415
Programa de eficiência energética - PEE	131.955	137.480	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	65.269	70.116	8.636	1.451
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	24.227	21.560	-	-
Adiantamentos	12.951	15.219	2.826	3.084
Descontos tarifários - CDE	-	19.194	-	-
Folha de pagamento	2.853	3.754	-	-
Participação nos lucros	22.171	16.940	1.933	1.933
Convênios de arrecadação	46.853	38.935	-	-
Garantias	-	-	993	993
Outros	14.326	6.786	44.320	34.934
Total	464.925	442.046	138.261	117.810

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

(23) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação dos acionistas no patrimônio líquido da Companhia em 31 de março de 2022 e 31 de dezembro de 2021 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações	
	Ordinárias	%
CPFL Energia S/A	1.001.751	89,01
CPFL Comercialização Brasil S/A	123.676	10,99
Total	1.125.427	100,00

Os detalhes dos itens incluídos no patrimônio líquido estão descritos nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021 (nota 23).

(24) LUCRO POR AÇÃO**Lucro por ação – básico e diluído**

O cálculo do lucro por ação básico e diluído para os trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021 foi baseado no lucro líquido do período atribuível aos acionistas controladores e o número de ações ordinárias em circulação durante os períodos apresentados:

	1° Trimestre 2022	1° Trimestre 2021
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas controladores	309.727	198.302
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	1.125.427	1.125.427
Lucro líquido básico por ações ordinárias - R\$	275,21	176,20

Para os trimestres findos em 31 de março de 2022 e 2021 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

Notas Explicativas

(25) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/03/2022	31/03/2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	2.574.361	2.522.088	1.626	1.582	1.683.781	1.463.830
Industrial	17.740	17.251	298	342	275.468	260.659
Comercial	185.734	173.624	520	504	561.120	476.405
Rural	234.501	248.818	629	588	390.566	295.058
Poderes públicos	22.188	22.001	97	80	98.144	72.506
Iluminação pública	544	516	132	138	82.836	62.416
Serviço público	3.796	3.639	77	87	72.870	69.742
Fornecimento faturado	3.038.864	2.987.937	3.379	3.321	3.164.785	2.700.616
Consumo próprio	228	222	2	2	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	-	-	33.997	(50.108)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo	-	-	-	-	(1.390.448)	(1.354.913)
Fornecimento de energia elétrica	3.039.092	2.988.159	3.381	3.322	1.808.334	1.295.595
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			164	468	79.537	124.792
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo			-	-	(29.653)	(25.018)
Energia elétrica de curto prazo			82	(3)	1.140	(226)
Suprimento de energia elétrica			246	465	51.024	99.548
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					1.420.101	1.379.931
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					352.143	320.718
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(28.283)	(18.323)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					322.044	251.707
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 9)					(447.625)	43.592
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					133.019	111.202
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários - liminares					205.898	186.607
Outras receitas e rendas					34.255	27.034
Outras receitas operacionais					1.991.552	2.302.468
Total da receita operacional bruta					3.850.911	3.697.611
Deduções da receita operacional						
ICMS					(781.495)	(775.024)
PIS					(40.648)	(54.939)
COFINS					(187.227)	(253.052)
ISS					(40)	(44)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(374.496)	(278.759)
Programa de P & D e eficiência energética					(21.408)	(19.565)
PROINFA					(12.564)	(9.509)
Bandeiras tarifárias e outros					138.154	(2.931)
Outros					(3.644)	(2.676)
					(1.283.369)	(1.396.498)
Receita operacional líquida					2.567.542	2.301.113

25.1 - Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

As informações referentes à contabilização e histórico estão descritas na nota 25.1 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

25.2 - Reajuste Tarifário Anual ("RTA") e Revisão Tarifária Periódica ("RTP")

Em 15 de junho de 2021, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória ("REH") N° 2.880, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia em 15,23%, sendo 16,68% referentes ao reajuste tarifário econômico e -1,45% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 9,95%.

Em 17 de junho de 2020, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória ("REH") nº 2.697/2020, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia, em 15,74%, sendo 10,06% referentes ao reajuste tarifário econômico e 5,67% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a percebido pelos consumidores foi de 6,09%.

Como o reajuste tarifário foi suspenso até o dia 30 de junho de 2020, no contexto do estado de emergência de saúde pública de importância internacional em decorrência da pandemia do coronavírus (COVID-19), foi mantida nesse íterim a aplicação das tarifas definidas em 2019, publicadas pela REH nº 2.557/2019.

A ANEEL reconheceu o direito da Companhia a valor referente à não arrecadação da receita tarifária adicional nesse período, autorizando a Companhia a realizar, dedução proporcional ao período de suspensão do recolhimento das cotas mensais da CDE à CCEE para a competência de julho de 2020.

Notas Explicativas

25.3 – Aporte CDE – baixa renda, demais subsídios tarifários

No primeiro trimestre de 2022 e 2021, foi registrada receita de R\$ 205.898 (R\$ 186.607 no primeiro trimestre de 2021), sendo (i) R\$ 20.512 (R\$ 14.712 no primeiro trimestre de 2021) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 170.647 (R\$ 164.856 no primeiro trimestre de 2021) referentes descontos tarifários, (iii) R\$14.728 (R\$ 7.039 no primeiro trimestre de 2021) de subvenção CCRBT e (iv) R\$ 11 no primeiro trimestre de 2022 de desconto tarifário – liminares.

25.4 – Conta de desenvolvimento energético (“CDE”)

A ANEEL, por meio da Resolução Homologatória (“REH”) nº 3.004, de 14 de dezembro de 2021 estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE, relativas à competência de janeiro a abril de 2022 a serem recolhidas pelas concessionárias de distribuição. A quota anual provisória é apresentada na Nota Técnica nº 294/2021-SGT-SRG-SFF-SRD/ANEEL da Consulta Pública – CP 081 de 2021.

Criada por meio da REN nº 885, de 23 de junho de 2020, a Conta-Covid teve suas quotas homologadas por meio do despacho nº 181, de 26 de janeiro de 2021, posteriormente retificadas por meio do despacho nº 939, de 05 de abril de 2021, os valores são pagos a partir do mês subsequente ao processo tarifário da distribuidora.

(26) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	787	818	205.158	307.244
PROINFA	62	67	46.655	28.356
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado e contratos bilaterais e energia de curto prazo	3.384	3.457	607.194	732.566
Crédito de PIS e COFINS	-	-	(72.044)	(93.521)
Subtotal	4.233	4.342	786.964	974.645
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			218.888	216.718
Encargos de transporte de Itaipu			19.739	26.122
Encargos de conexão			48.104	29.580
Encargos de uso do sistema de distribuição			1.404	3.900
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			177.149	113.628
Encargos de energia de reserva - EER			48.848	11.134
Crédito de PIS e COFINS			(47.556)	(37.099)
Subtotal			466.576	363.982
Total			1.253.539	1.338.627

(*) Conta de energia de reserva

Notas Explicativas

(27) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Despesas operacionais											
	Custo de operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros		Total	
	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021
Pessoal	49.987	44.905	-	-	21.879	19.496	17.826	16.238	-	-	89.692	80.639
Entidade de previdência privada	4.024	3.224	-	-	-	-	-	-	-	-	4.024	3.224
Material	22.554	15.093	114	82	2.599	1.785	1.338	1.507	-	-	26.604	18.468
Serviços de terceiros	31.233	29.526	121	122	8.903	9.545	27.000	23.619	-	-	67.258	62.812
Custos com construção da infraestrutura	-	-	322.044	251.707	-	-	-	-	-	-	322.044	251.707
Outros	7.078	6.091	(1)	(1)	6.594	7.251	15.923	15.577	15.355	30.502	44.949	59.421
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	6.650	7.223	-	-	-	-	6.650	7.223
Arrendamentos e aluguéis	6.722	5.755	-	-	-	-	(240)	1.303	-	-	6.483	7.058
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	904	831	-	-	904	831
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	-	-	13.801	10.718	-	-	13.801	10.718
Doações, contribuições e subvenções	-	-	-	-	-	-	289	271	-	-	289	271
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	14.906	30.016	14.906	30.016
Outros	356	336	(1)	(1)	(56)	27	1.169	2.455	449	487	1.917	3.304
Total	114.876	98.839	322.278	251.911	39.975	38.077	62.086	56.941	15.355	30.502	554.571	476.271

Notas Explicativas**(28) RESULTADO FINANCEIRO**

	<u>1º Trimestre 2022</u>	<u>1º Trimestre 2021</u>
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	11.184	4.443
Acréscimos e multas moratórias	27.286	24.348
Atualização de créditos fiscais	35.287	51
Atualização de depósitos judiciais	1.405	438
Atualizações monetárias e cambiais	6.541	15.741
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	1.184	855
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	23.009	513
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(4.358)	(2.488)
Outros	4.547	5.548
Total	106.085	49.449
Despesas		
Encargos de dívidas	(84.744)	(48.576)
Atualizações monetárias e cambiais	(118.548)	(53.692)
(-) Juros capitalizados	3.646	2.932
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(2.459)	-
Outros	(51.115)	(8.752)
Total	(253.220)	(108.088)
Resultado financeiro	(147.135)	(58.639)

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos das perdas líquidas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 291.507 no primeiro trimestre de 2022 (ganhos líquidos de R\$ 218.602 no primeiro trimestre de 2021) (nota 31).

(29) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Informações de acionistas controladores, principais naturezas e transações estão descritas na nota 29 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2021.

A remuneração total do pessoal-chave da administração no primeiro trimestre de 2022, conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 1.259 (R\$ 1.058 no primeiro trimestre de 2021). Este valor é composto por R\$ 1.233 (R\$ 1.018 no primeiro trimestre de 2021) referente a benefícios de curto prazo e R\$ 26 (R\$ 40 no primeiro trimestre de 2021) de outros benefícios pós-emprego de longo prazo, e refere-se ao valor registrado pelo regime de competência.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Notas Explicativas

Transações entre partes relacionadas envolvendo acionistas controladores da CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Despesa / Custo	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021
Encargos - Rede básica						
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	6	6	-	-	21.357	23.721
Intangível, materiais e prestação de serviço						
Entidades sob o controle comum (controladas da State Grid Corporation of China)	-	-	11.738	7.706	5.493	239

Transações entre partes relacionadas envolvendo controladas e controladas em conjunto da CPFL Energia S.A.:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa / Custo	
	31/03/2022	31/12/2021	31/03/2022	31/12/2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021
Alocação de despesas entre empresas								
Companhia Paulista de Força e Luz	352	344	2.620	2.124	-	-	7.130	5.707
Companhia Piratininga de Força e Luz.	97	98	1.539	1.458	-	-	4.781	4.532
Companhia Jaguará de Energia	61	88	93	81	-	-	45	114
CPFL Energia S.A.	10	18	-	-	-	-	(45)	(116)
TI Nect Serviços de Informática Ltda.	-	28	-	-	-	-	-	-
Arrendamento e aluguel								
CPFL Comercialização Brasil S.A.	-	-	-	-	-	15	-	-
Companhia Paulista de Força e Luz.	-	-	-	-	-	-	43	30
Contrato de Mútuo								
CPFL Energia S.A. (**)	-	-	105.774	126.750	-	-	3.060	1.550
Intangível, materiais e prestação de serviço								
Companhia Paulista de Força e Luz.	10	-	-	-	-	-	-	-
CPFL Serviços, Equipamentos, Indústria e Comércio S.A. (*)	143	281	4.102	3.335	-	-	284	99
CPFL Atende Centro de Contatos e Atendimento Ltda.	-	-	1.205	1.444	-	-	4.003	5.554
Nect Serviços Administrativos de Infraestrutura Ltda.	-	-	568	549	-	-	1.695	1.437
CPFL Eficiência Energética S.A.	-	-	808	687	-	-	857	2.208
Nect Serviços Administrativos de Recursos Humanos Ltda.	-	-	521	579	-	-	1.755	1.494
Nect Serviços Administrativos Financeiros Ltda.	-	-	435	399	-	-	1.303	1.093
Nect Serviços Administrativos de Suprimentos e Logísticas Ltda. (*)	-	-	778	744	-	-	2.349	920
Compra e venda de energia e encargos								
CPFL Sul Centrais Elétricas LTDA	-	-	2	-	29	-	-	-
Paulista Lajeado Energia S.A.	-	-	10	9	-	-	28	25
Centrais Elétricas da Paraíba S.A.	-	-	322	1.217	-	-	719	1.713
BAESA-Energética Barra Grande S.A.	-	-	130	97	-	-	289	268
CERAN-Companhia Energética Rio das Antas.	-	-	342	331	-	-	770	699
Foz do Chapecó Energia S.A.	-	-	5.228	5.055	-	-	11.689	10.612
CPFL Renováveis - Consolidado	6	15	374	361	-	-	1.284	1.195
CPFL Transmissão Piracicaba S.A.	-	-	-	-	-	27	15	16
CPFL Transmissão Morro Agudo S.A.	-	-	-	-	-	-	20	16
Companhia Estadual de Transmissão de Energia Elétrica - CEEE-T	-	-	-	4.968	-	-	87.515	-
Outras operações financeiras								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	289	271

(*) Intangível, ativo contratual em curso, materiais e prestação de serviços:

Aquisição de imobilizado e intangível – A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de construção civil no período. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados como ativo contratual da Companhia R\$ 13.821 no primeiro trimestre de 2022 (R\$ 50.699 no primeiro trimestre de 2021), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(**) O saldo de mútuo passivo, no montante de R\$ 105.774, refere-se substancialmente ao mútuo entre a controladora CPFL Energia com vencimento até dezembro de 2022 e remunerado a 107% do CDI.

(30) GESTÃO DE RISCOS

As informações sobre a estrutura do gerenciamento de risco e os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios da Companhia estão divulgados na nota nº 31 das demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das

Notas Explicativas

transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são, como segue:

	Nota Explicativa	Categoria Mensuração	Nível(*)	31/03/2022	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	391.170	391.170
Titulos e valores mobiliarios	6	(a)	Nível 1	378	378
Derivativos	31	(a)	Nível 2	110.182	110.182
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	6.221.189	6.221.189
Total				6.722.920	6.722.920
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	2.203.714	2.203.714
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	1.276.647	1.276.647
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	1.513.972	1.508.647
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	930.247	930.247
Derivativos	31	(a)	Nível 2	81.760	81.760
Total				6.006.339	6.001.015

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou um ganho de R\$ 5.734 no 1º trimestre de 2022 (um ganho de R\$ 68.626 no 1º trimestre de 2021).

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas informações contábeis intermediárias, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias, (ii) contas a receber - CDE, (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados, (iv) serviços prestados a terceiros, (v) convênios de arrecadação e (vi) ativo financeiro setorial;
- Passivos financeiros: (i) fornecedores, (ii) taxas regulamentares, (iii) consumidores, concessionárias e permissionárias a pagar, (iv) Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT, (v) Empresa de Pesquisa Energética - EPE, (vi) Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL, (vii) convênios de arrecadação, (viii) descontos tarifários – CDE, e (ix) passivo financeiro setorial.

Notas Explicativas

Adicionalmente, não houve no primeiro trimestre de 2022, transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de uma, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para o primeiro trimestre de 2022 e exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são *swaps* de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de março de 2022 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)					Moeda / indexador dívida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nacional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado				
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	57.083	(56.774)	309	37.076	(36.767)	US\$ + (Libor 3 meses + 0,87%) ou (1,83% a 2,64%)	CDI + 0,8% a 1,26%	jan/25 a jun/26	1.268.777
	<u>57.083</u>	<u>(56.774)</u>	<u>309</u>	<u>37.076</u>	<u>(36.767)</u>				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	53.099	(24.986)	28.113	104.103	(75.990)	IPCA + 4,3% a 5,80%	104,3% a 111,07% do CC	ago/24 a maio/31	899.600
Total	110.182	(81.760)	28.423	141.179	(112.756)				
Não circulante	110.182	(81.760)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas e debêntures, vide notas 16 e 17.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nacional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

Notas Explicativas

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2021	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/03/2022
Para dívidas designadas a valor justo	469.269	(279.012)	(49.078)	141.179
Marcação a mercado (*)	(100.446)	(12.311)	-	(112.756)
Total	368.823	(291.322)	(49.078)	28.423
Ativo circulante	103.613			-
Ativo não circulante	289.343			110.182
Passivo não circulante	(24.133)			(81.760)

(*) Os efeitos no resultado e resultado abrangente do primeiro trimestre de 2022 refere-se aos ajustes ao valor justo (MTM) dos derivativos para as dívidas designadas a valor justo

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado a dívida para qual possui instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para o primeiro trimestre de 2022 e 2021, os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de receita e despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado		Ganho (Perda) no resultado abrangente	
	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021	1º Trimestre 2022	1º Trimestre 2021
Variação de taxas de juros	15.041	8.086	-	-
Marcação a mercado	(9.391)	(14.647)	(27)	104
Variação cambial	(294.052)	309.746	-	-
Marcação a mercado	(3.104)	(84.584)	212	1.693
Total	(291.507)	218.602	185	1.797

c) Ativos financeiros da concessão

Em função da Companhia ter classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e respectivos ganhos (perdas) no resultado no primeiro trimestre de 2022 de R\$ 136.547 (R\$ 112.653 no primeiro trimestre de 2021), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota 11.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Notas Explicativas

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia está quantificando os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, CDI, TJLP, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de março de 2022 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%(c)	Apreciação cambial de 50%(c)
Instrumentos financeiros ativos	-		-	-	-
Instrumentos financeiros passivos	(1.276.646)		(130.715)	221.125	572.965
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.315.809		134.725	(227.909)	(590.542)
Total	39.163	baixa dolar	4.010	(6.784)	(17.577)
Efeitos no resultado abrangente acumulado			-	-	-
Efeitos no resultado do período			4.010	(6.784)	(17.577)

(a) A taxa de cambio considerada em 31.03.2022 foi de R\$ 4,74 para o dólar.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de cambio considerada de R\$ 5,22 e R\$ 5,91 e a depreciação cambial de 10,24% e 12,42%, do dólar e do euro respectivamente em 31.03.2022.

(c) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação dos índices aplicados são referentes às informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil Bolsa, Balcão.

Em função da exposição cambial líquida do dólar e do euro ser um ativo, o risco é baixa do dólar e do euro e, portanto, o câmbio é apreciado em 25% e 50% em relação ao câmbio provável.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de março de 2022 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Taxa no período	Taxa Cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25% (b)	Elevação/Redução de índice em 50% (b)
Instrumentos financeiros ativos	380.467				50.184	62.730	75.275
Instrumentos financeiros passivos	(1.475.323)				(194.595)	(243.244)	(291.893)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(2.292.291)				(302.353)	(377.941)	(453.530)
	(3.387.147)	alta CDI	6,41%	13,19%	(446.764)	(558.455)	(670.148)
Instrumentos financeiros passivos	(171)				(12)	(15)	(17)
	(171)	alta TJLP	5,22%	6,82%	(12)	(15)	(17)
Instrumentos financeiros passivos	(3.320.484)				(256.673)	(192.505)	(128.337)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.004.904				77.679	58.259	38.840
Ativo financeiro da concessão	6.221.189				480.898	360.673	240.449
	3.905.609	baixa IPCA	11,30%	7,73%	301.904	226.427	150.952
Ativos e passivos financeiros setoriais	417.129				55.019	41.265	27.510
Instrumentos financeiros ativos	378				50	37	25
	417.508	baixa SELIC	6,41%	13,19%	55.069	41.302	27.535
Total	935.799				(89.803)	(290.741)	(491.678)
Efeitos no resultado abrangente acumulado					467	218	(30)
Efeitos no resultado do período					(90.270)	(290.959)	(491.648)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

(b) Conforme requerimento da Instrução CVM nº 475/2008, os percentuais de elevação foram aplicados sobre os índices no cenário provável.

Notas Explicativas

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o da Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7 – Consumidores, Concessionárias e Permissionárias.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Notas Explicativas

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, além dos efeitos da pandemia causada pelo COVID 19 e que estão considerados em nossa metodologia de cálculo, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuísem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA-.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para o primeiro trimestre de 2022 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA- ou B- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas (nota 31 b). A Administração não identificou para o primeiro trimestre 2022 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os efeitos e divulgações nestas informações contábeis intermediárias, decorrente da pandemia causada pelo Covid-19, estão descritos na nota 1.1.

(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

No primeiro trimestre de 2022, a Companhia possuía um valor de R\$ 3.646 (R\$ 2.932 no primeiro trimestre de 2021) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 28).

(33) EVENTO SUBSEQUENTE

Conta de Escassez Hídrica

Em razão dos descasamentos financeiros que as distribuidoras vinham suportando em função dos custos decorrentes das medidas de enfrentamento da crise hídrica, mas também dos efeitos associados à questões macroeconômicas como a inflação, o câmbio e a alta do preço internacional dos combustíveis, o Poder Executivo Federal instaurou a Medida Provisória nº 1.078, de 13 de dezembro de 2021, dando condições para a contratação de uma operação de crédito em favor das distribuidoras, que possibilitou a estruturação de operações financeiras utilizando a Conta de Desenvolvimento Energético – CDE como veículo para a sua amortização. Em 13 de janeiro de 2022, o Decreto nº 10.939 regulamentou a MP nº 1.078/2021, no que diz respeito às medidas destinadas ao enfrentamento dos impactos financeiros no setor elétrico decorrentes da situação de escassez hídrica.

Atendendo ao decreto presidencial, e com base na proposta desenvolvida pelas áreas técnicas da Agência, a ANEEL instaurou a Consulta Pública nº 02/2022 com o objetivo de prover recursos às

Notas Explicativas

distribuidoras para cobrir os custos adicionais decorrentes da escassez hídrica, instituindo valores teto ao empréstimo para os seguintes itens: i) Estimativa do saldo da conta de bandeiras para abril de 2022; ii) Despesas do programa de incentivo à redução de consumo (Bônus); iii) Custo de Importação de julho e agosto de 2021 homologada pela CREG; iv) Diferimentos tarifários de 2021 e 2022 e; v) receita de maio a dezembro de 2022 do Procedimento Competitivo Simplificado - PCS de 2021.

Após a consolidação dos limites de empréstimo por distribuidora, divulgados pela ANEEL através da Resolução Normativa nº 1.008/2022, a Companhia solicitou o empréstimo integral dos itens que compõe a primeira tranche da operação, valores dispostos abaixo, por se tratar de valores conhecidos e que não geram riscos de custos acessórios.

<u>Item</u>	<u>R\$</u>
Bônus do programa RIC	77.840
Custo Importação de Energia	29.951
Diferimento Tarifa 2021	<u>180.114</u>
Total	<u><u>287.905</u></u>

A Companhia também manifestou interesse em receber cobertura para os demais itens do empréstimo, sobre o saldo da conta bandeiras de abr/22, a ser repassado às distribuidoras em jun/22, mas ainda coberto na 1ª Tranche, e repasses mensais de mai/22 à dez/22 relativo ao Procedimento Competitivo Simplificado, que elevou os custos das distribuidoras pela contratação de reserva de capacidade, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País, a ser considerados em uma eventual 2ª Tranche.

Notas Explicativas

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO

Presidente

YUEHUI PAN

Vice Presidente

MARIO ANTONIO COSTA CALDAS

Conselheiro

DIRETORIA

MARCO ANTONIO VILLELA DE ABREU

Diretor Presidente

YUEHUI PAN

Diretor Financeiro
e de Relações com Investidores

RAFAEL LAZZARETTI

Diretor Comercial

OSVANIL OLIVEIRA PEREIRA

Diretor de Operações

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES

Diretor de Assuntos Regulatórios

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO

Diretor Administrativo

DIRETORIA DE CONTABILIDADE

SÉRGIO LUIS FELICE

Diretor de Contabilidade
CT CRC 1SP192.767/O-6 S-RS

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO

Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217200/O-6 S-RS

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

Informações Trimestrais (ITR) em 31 de março de 2022 e relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Relatório sobre a revisão de informações trimestrais

Aos Administradores e Acionistas

RGE Sul Distribuidora de Energia S.A.

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR) referente ao trimestre findo em 31 de março de 2022, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR), e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Demonstração do Valor Adicionado

As informações trimestrais acima referidas incluem a Demonstração do Valor Adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2022, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia. Essa demonstração foi submetida a procedimentos de revisão

executados em conjunto com a revisão das informações trimestrais, com o objetivo de concluir se ela está conciliada com as informações contábeis intermediárias e registros contábeis, conforme aplicável, e se sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que essa Demonstração do Valor Adicionado não foi elaborada em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e de forma consistente em relação às informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Auditoria e revisão das cifras do ano anterior

As informações trimestrais (ITR) mencionadas no primeiro parágrafo incluem informações contábeis correspondentes ao resultado, resultado abrangente, mutações do patrimônio líquido, fluxos de caixa e valor adicionado do trimestre findo em 31 de março de 2021, obtidas das informações trimestrais (ITR) daquele trimestre, e aos balanços patrimoniais em 31 de dezembro de 2021, obtidas das demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2021, apresentadas para fins de comparação. A revisão das Informações Trimestrais (ITR) do trimestre findo em 31 de março de 2021 e o exame das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram conduzidos sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatórios de revisão e de auditoria com datas de 10 de maio de 2021 e 17 de março de 2022, respectivamente, sem ressalvas.

Campinas, 9 de maio de 2022

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/O-5

Adriano Formosinho Correia
Contador CRC 1BA029904/O-5

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 31 de março de 2022;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 31 de março de 2022.

São Leopoldo, 9 de maio de 2022

Marco Antonio Villela de Abreu
Diretor Presidente

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ana Paula Peressim de Paulo
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A., sociedade por ações de capital aberto, com sede na Av. São Borja, 2.801, Bairro Fazenda São Borja, Cidade de São Leopoldo, Estado do Rio Grande do Sul, Brasil, CEP 93032-525, inscrita no CNPJ sob nº 02.016.440/0001-62, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, relativamente às demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 31 de março de 2022;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações contábeis intermediárias (Informações Trimestrais – ITR) da RGE Sul Distribuidora de Energia S.A. do período findo em 31 de março de 2022.

São Leopoldo, 9 de maio de 2022

Marco Antonio Villela de Abreu
Diretor Presidente

Yuehui Pan
Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Ana Paula Peressim de Paulo
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras